

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

AS ALEGAÇÕES EUROCÊNTRICAS SOBRE A ÁFRICA, SEUS POVOS E CRIAÇÃO DO ESTADO NOVO: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM GUINÉ-BISSAU

Virgínio Vicente Mendes, Erica Paula Vasconcelos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6794>

Submetido em: 2023-09-11

Postado em: 2023-09-15 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Hector Guerra Hernandez (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8404-9140>)

AS ALEGAÇÕES EUROCÊNTRICAS SOBRE A ÁFRICA, SEUS POVOS E CRIAÇÃO DO ESTADO NOVO: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM GUINÉ-BISSAU

Virgínio Vicente Mendes

<https://orcid.org/0009-0006-2000-2195>

<virginiovicente90@gmail.com>

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil

Erica Paula Vasconcelos

<https://orcid.org/0000-0003-1261-2912>

<vasconcelos.ericapaula@gmail.com>

Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, PR, Brasil

RESUMO: Este artigo objetiva discutir sobre o papel do Partido Africano na Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (doravante PAIGC) no processo da construção do Estado-nação guineense. Para tal, analisa-se a concepção dos Estados-nacionais no contexto das novas independências na África na década de 1960 a 1980, para entender o processo da construção da identidade guineense inclusiva em contramão a identidade excludente proposta pelo PAIGC. O argumento central é de que as influências dos movimentos Pan-africanistas, que o partido recebeu, levaram a construção, contrapondo-a às demais identidades produzidas histórica e culturalmente no território. De modo a desenvolver o seu argumento, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção irá contra criticar as alegações eurocêntricas sobre o continente africano, ressaltando suas influências na modernidade. A segunda seção irá evidenciar como o nascimento do Estado-nação pelo partido africano PAIGC influenciou na construção da identidade nacional da Guiné-Bissau. A escolha deste tema, justifica-se por entender-se que a construção de identidades faz parte de processos históricos lançados. Os resultados parciais mostram como as memórias coletivas foram subalternizadas, mas continuam a reivindicar os seus lugares na construção da identidade nacional.

Palavras-chave: África, identidade nacional, Guiné-Bissau, PAIGC, pan-africanistas.

EUROCENTRIC CLAIMS ABOUT AFRICA, ITS PEOPLE AND THE CREATION OF THE NEW STATE: CONSTRUCTION OF IDENTITY IN GUINEA-BISSAU

ABSTRACT: This article aims to discuss the role of the African Party for the Independence of Guinea-Bissau and Cape Verde (hereinafter PAIGC) in the process of building the Guinean nation-state. To this end, the conception of national states is analyzed in the context of the new independence in Africa in the 1960s to 1980s, to understand the process of building an inclusive Guinean identity in contrast to the exclusionary identity proposed by the PAIGC. The central argument is that the influences of the Pan-Africanist movements, which the party received, led to the construction, opposing it to other identities produced historically and culturally in the territory. In order to develop its argument, the article is structured into two sections. The first section will counter criticize Eurocentric claims about the African continent, highlighting its influences on modernity. The second section will highlight how the birth of the nation-state by the African party PAIGC influenced the construction of Guinea-Bissau's national identity. The choice of this theme is

justified by the understanding that the construction of identities is part of launched historical processes. The partial results show how collective memories have been subordinated, but continue to claim their place in the construction of national identity.

Keywords: Africa, national identity, Guinea-Bissau, PAIGC, pan-Africanists.

INTRODUÇÃO

Toda a construção sociocultural de identidades, sobretudo a nacional, implica a imposição de uma ideologia específica de dominação ou violência simbólica para as demais. No caso da Guiné-Bissau, que durante o processo da luta de libertação que aconteceu entre 1963 a 1973, priorizou a ideologia de construir uma identidade nacional homogênea, passando assim por cima das diversidades de povos e culturas que lá existiam. Estas últimas foram subalternizadas, fossilizadas, marginalizadas, silenciadas, com o intuito de criar uma identidade única, hegemônica, sustentada no princípio ideológico da construção do “Homem novo”, entendido como aquele que se afastava dos velhos vestimentos dos povos “tradicionais” e longe dos vestígios dos colonos. O mentor do projeto ideológico que visava a criação do “Homem Novo” foi Amílcar Lopes Cabral, que elaborou e engendrou as metas a curto e a longo prazo, isto foi durante o período da luta de libertação 1963-1973, que vêm sendo colocado em prática pelos seguidores dele (cabralistas) dentro do PAIGC. Assim, o PAIGC veiculou seu próprio passado e a imagem para definir o seu lugar neste processo de construção da identidade nacional.

Neste artigo, buscou estabelecer análise histórica que visa entender a construção das identidades (coletivas e nacionais), apoiando-se nos autores que discutem sobre o tema em questão para analisar as discussões sobre o lugar do partido na tecedura acima citada, que está estruturado em duas seções. A primeira seção irá contra criticar como as alegações eurocêntricas sobre o continente africano, influenciaram de forma negativa a identidade dos seus povos no contexto moderno. A segunda seção irá evidenciar a operacionalização do Estado-nação, criado pelo partido africano PAIGC, para a criação de uma nova identidade para a Guiné-Bissau. Dessa forma, entendendo-se neste processo, da construção de uma identidade, envolve a valorização de uma (memória nacional) em detrimento da outra (memória coletiva), sendo importante pontuar que a inclusão de representações de diferentes povos guineenses que contribuem para uma certa homogeneidade de costumes e práticas que emergem no solo do país em discussão. Nesta lógica, importa nos apropriarmos de novas teorias que apontem para outras possíveis formas de construção de Estado-nação, pautadas na valorização da diversidade e da pluralidade identitária.

“TERRA DESERTIFICADA DE HOMENS BÁRBAROS E SEM CIVILIZAÇÃO”: CONTRAPONDO A INVENÇÃO DA ÁFRICA PELO OCIDENTE

Segundo Azevedo (2010) a representação da África no Ocidente era de não-lugar, terra vazia, desertificada emocional e racionalmente, transitando entre o animalesco, o selvagem, a infantilidade e a ausência de memória. Quando julgaram as pessoas do continente pela cor da pele ou raça acreditaram que todas as populações que viviam e vivem lá são negras, pertencentes a uma raça inferior (raça negra), dessa forma a imagem do negro é associado com as trevas, o primitivo, à sensualidade e o grotesco, salienta o supracitado autor. (AZEVEDO, 2010)

Souza (2003) defende que tal representação também estava ligada com a natureza, o que remetia a uma imagem de tudo o que era exótico, silvestre e rústico. Nesta senda, seriam os africanos, bárbaros, sem civilização e identificados como trogloditas (SOUZA, 2003). No espaço espacial, onde cada raça é localizada conforme a sua aproximação ao espaço celestial, morada dos anjos e Deus, Jerusalém é habitada pelo filho de Deus, é o centro e é a ponte que dá acesso às regiões paradisíacas na Terra. A Europa habitada pelos descendentes de Jafet, localizada a oeste ou sul de Jerusalém, a Ásia é habitada por filhos de Sem, encontra-se ao norte ou a leste. Ao passo que os descendentes de Cam, herdeiros da maldição, emergem no continente negro e monstruoso, nessa alusão África nem sequer tem ligação com Jerusalém, assim confirmam as palavras de Oliva (2005).

As representações destas pessoas informam que elas são bárbaras, fazem sacrifícios humanos, são canibalistas e de natureza fantástica. Nos dias mais próximos a nós, nos convenceram que a civilização europeia era superior, guiada pela fé cristã que, ao contrário dela, África recebeu como prêmio os cultos pagãos e fetichistas. Por outro lado, os Estados europeus eram organizados, enquanto a África era formada por grupos sem lei ou chefias desorganizadas e deviam se espelhar nos moldes europeus para se modernizar. (OLIVA, 2005)

As cosmologias africanas são práticas de bruxarias, feitiçarias e ações demoníacas e canibalistas. E a terra deles era chamada de Guiné referente a cor de pele destes. Eles têm corpo poderoso, touro, forçoso, são ligeiros, avantajados no correr, muitos fortes e fealdade extrema, essas são as descrições feitas pelo viajante português (OLIVA, 2005). Os africanos não têm história, o que se justifica por sua imobilidade, ausência de códigos escritos, a exemplo das sociedades debaixo do Saara pautadas pela tradição oral, e são sociedades tradicionais, sem avanços tecnológicos. (OLIVA, 2005)

E partindo pelo pressuposto religioso cristão, os africanos são diabos, isto foi no século XVIII e nos séculos XIX e XX, os africanos são tidos como primitivos e selvagens que devem ser

civilizados. E no período de colonização se pautou muito no estigma do selvagem, primitivo, infantil, preguiçoso, inábeis ao trabalho sofisticado. Eles deveriam ser disciplinados e ensinados pelos serviços braçais ou compulsório, eles estavam na infância da humanidade. (OLIVA, 2005)

Os historiadores do século XIX e XX, acreditavam que o princípio de História da África teve o lugar graças a presença dos europeus no continente, que vai desde as anotações, relatos (feitos pelos viajantes, administradores, missionários e comerciantes do século XV ao XIX) aos impactos causados por eles(europeus) nas estruturas sociais africanas (OLIVA, 2005). Entretanto, as alegações até aqui descritas são entendidas enquanto história colonial produzida para validar as atividades europeias no continente que dispensa os avanços tecnológicos. Não só, mas, em todos os sentidos das sociedades africanas, das riquezas e da complexidade do contexto social, histórico, cultural, religioso e político. (SOUZA, 2003; OLIVA, 2005)

Os europeus se gabavam de serem missionários, que tinham como missão sacrificar para levar as luzes da civilização aos africanos bárbaros. Mas a superação de atrasos dos africanos passava pela aceitação da presença europeia, assimilação dos modos de viver, de vestir, a arquitetura, a estrutura de educação formalizada, a religião cristã, as línguas, e a ideologia do trabalho deles (OLIVA, 2005). E em meados do século XIX e início do XX era prescindível modernizar as sociedades africanas à vista de novas mentalidades do trabalho e da produção. O autor vai mais longe e disse “africano somente teria alguma utilidade se fosse colonizado pelos europeus.” (OLIVA, 2005, p.109; SOUZA, 2010)

Portanto, a permanência da analogia do negro ao continente africano que corrobora para homogeneidade cultural dos povos do continente em questão. Assim sendo, para os africanistas, principalmente do século XIX e início do XX, os africanos deviam dar volta a árvore de esquecimento para poderem romper com a pré-história deles que os relegam à inferioridade, a ligação evolutiva entre os macacos e os homens, e a aproximação com os símios, e todas outras descrições acima mencionadas.

Então, tanto os Pan-africanistas, como os nacionalistas, no contexto de descolonização do continente africano, eles apostaram no paradigma de pensar a Modernidade dos Estados africanos independentes a partir do Estado-nação do modelo europeu, frisa Azevedo. E ao analisar o filme Ceddo, ele alegou que o diretor dele obedecia a um projeto pautado pela descolonização que visava a reconstrução da sociedade local. Tentando fazer ajustes por conta do passado da memória da África na contemporaneidade (AZEVEDO, 2010). “A ruptura desse modelo significa levar em

consideração que as memórias e saberes africanos antecederam, preservaram-se e conviveram com culturas mais africanas do que o contrário” (AZEVEDO, 2010, p.365).

O cuidado que os atores mencionando nas linhas anteriores não tiveram para conduzir reajustes depois das independências dos novos Estados. No contexto da Guiné-Bissau, diferente do Brasil no que diz respeito a identidade crioula, no pós- independência foi muito marcado pela adoção a ideologia de formação do Estado-nação nos moldes dos estados europeus, na qual a identidade crioula é ideal para formação de um único povo e da nação unidade, que valoriza a memória destes sobretudo na mobilização para o ato de autodeterminação política, social, econômica, religiosa, e a elaboração da Constituição.

No contexto citado, mesmo com a ideologia primária de africanização, os nacionalistas não conseguiram se distanciar das práticas, valores, língua e plagiaram o modelo organizacional de Portugal ocidentais, e buscava cada vez mais a “europeização”, frisada nas linhas anterior que os cientistas europeus proponham aos africanos que querem se modernizar.

Portanto, os africanistas ou nacionalistas temiam a existências de identidades plurais coletivas diferenciadas, que o autor ilustrou no seu trabalho aqui analisado, de separatismo entres os diversos povos com os crioulos, os últimos, no caso guineense, eram privilegiados pelo antigo regime colonial. Com intuito de extinguir a pluralidade de povos existentes no território, que preservam as suas afinidades linguísticas e culturais, no contexto brasileiro. (PARÉS, 2005)

As limitações que as identidades dos povos guineenses encontram pela identidade crioula (portuguesa) imposta pelos nacionalistas guineenses. Neste sentido, relembramos que a sociedade colonial era estruturada e hierarquizada por critérios raciais e étnicos, nela os diferentes povos eram discriminados pela cor de pele, falta de apropriação da língua portuguesa e cultura destes. Enquanto os crioulos/assimilados ocupavam as profissões mais prestigiadas.(PARÉS, 2005)

As reivindicações identitárias dos diferentes povos no espaço guineense, se encontram num contexto caracterizado pela fossilização, estereotipificação, estigmatização, folclorização, marginalização, subalternização, de viés preconceituoso, racista, de exploração e condenados mediante uma política de invisibilidade a um processo de desaparecimento com o tempo. Tomamos como exemplo aos eventos e a ações históricas no processo da formação da história nacional pautada pela exclusão das contribuições dos povos face a esse processo, desde o Estado colonial ao Estado novo. Em primeiro lugar, a igreja tinha papel importantíssimo na classificação das pessoas e missão tão gloriosa e dolorosa de levar as luzes para os povos que vivem nas trevas, e em segundo lugar fazer com que os povos trabalhassem a favor do sistema deles.

As rupturas e continuidades desse evento esse podem ser sentidas na atualidade, no contexto do Estado novo, pois como reclamou Anjos (2015), saímos da colonização sem resolver os problemas mencionados, esses problemas foram silenciados no contexto da luta para a pacificação e continuam a ser ignorados pelo novo Estado (ANJOS, 2015). Visto que, estamos vivenciando quase o mesmo sistema que negou o direito identitários aos povos autóctones, e os territórios deles quase estão à mercê das mesmas pessoas que os controlavam, falo isso em vista a que a atual Guiné-Bissau, durante a colônia, experimentou uma administração indireta de Portugal sendo administrada pelos crioulos/assimilados. E o atual Estado a sua governação é deliberado no esquecimento dos povos e dos seus territórios pela mesma classe. (ANJOS, 2015)

Assim sendo, as reivindicações citadas são associadas às mesmas imagens que os europeus tinham dos africanos nos últimos séculos antecedentes a esse. Muitas das vezes, quando esses povos são mencionados pela sociedade política, é meramente de cunho oportunista para a consumação das suas extravagâncias, buscando eleger ou reeleger através dos votos das sociedades civis (povos). Nunca houve uma ação concreta que visse a aceitação e articulação das identidades em via de construção de uma sociedade plural, democrática e justa guineense.

Nesta senda, Mbembe (2001) afirma que após a escravidão surgiu a inquietação sobre o pertencimento dos africanos a raça humana, adiante disso, os iluministas acreditavam que os africanos eram diferentes aos demais da raça humana, o singular deles era o corpo negro, falta da forma de consciência, da razão e da beleza e possuem concepção diferente do que é sociedade, do mundo e do bem (MBEMBE, 2001). Numa curva distante aos outros povos se encontra à distância que eles com relação à ausência da noção da vida, do trabalho, da língua, e da morte. Estas questões estão muito além do conhecimento dos africanos, portanto não sabem justificá-las. Sendo assim, eles têm a cidadania humana, e não contribuem para o desenvolvimento do universo. Os africanos não têm civilização, pelo contrário têm tradição, ou identidade cultural. E essa é a identidade deles que não comungam com os demais.

Como vimos nas linhas anteriores, eles(africanos) terão a cidadania humana se foram convertidos ou assimilados, deixando de ser tradicionais para entrarem na sociedade civil por meio da experiência do cristianismo e do Estado colonial (MBEMBE, 2001). Ele disse ainda que o africano era considerado como sujeito castrado, e passivo a gozo do outro, na tabela classificatória do círculo da humanidade o africano ganhou o *status* do inferior.

Enfim, a história africana é a combinação de diabólica (o inimigo ou torturador) e a vítima, essa foi a visão que os africanistas se apegaram para afirmar o pertencimento da raça negra e do

continente negro (África), sendo todos irmãos e irmãs da mesma identidade africana ou negra. O africano é condenado à morte e à destruição. Portanto, ele não goza dos mesmos direitos que os demais. Visão eurocentrista ou imperialista e colonial.

Mbembe (2001) tece as críticas aos africanistas ou nacionalistas que fizeram o discurso de inversão, que no início se opuseram a questão do mito, e que mais tarde inventaram a identidade africana a partir da diferença entre nós e eles, negro e branco, povos civilizados e selvagens, crentes e pagãos. Eles(africanistas) afirmam que a África deve-se desfazer da e história que foi criada por terceiros, a tal marcada pelo ferro e fogo. (MBEMBE, 2001)

Para reivindicar, através das lutas de libertação nacionais, desenvolvimentos dos movimentos sociais. Essas duas questões não tiveram críticas, foram muito passivas a respeito delas. Seguidas pela autodeterminação, instalação de poderes estatais, oposição à democracia, instalação do autoritarismo e populismo de sociedade de massa. E destituição da tradição e da crença. Implementação da divisão de classes sociais. (MBEMBE, 2001). Em seguida, para afirmarem a identidade africana, eles deram a visibilidade o nativo, acompanhado pelo processo da instalação de fronteira entre o nativo e outro, autêntico e não-autêntico, o princípio de alteridade. E outra questão é a capacidade dos africanos de autogovernar, questionada pelo eurocentrismo que os africanistas irão responder. (MBEMBE, 2001)

Eles (nacionalismos africanos e africanistas), substituíram o conceito de “civilização” pelo de “progresso”. E afirmando o pertencimento do africano a raça humana, e, por outro lado, a originalidade do africano acentuado pela tradição e os valores autóctones. Além disso, afirmaram que os africanos são da raça humana como qualquer um, têm a sua própria história. Alegando que a sua raça, tradições e costumes são singulares, reafirmando o mito que haviam se posicionado contra.

A imposição ao preconceito de designar a raça negra ao *status* de inferioridade é apreciado por negritude e pan-africanismo. E corroborando para a afirmação da existência da ciência africana, da democracia africana e da língua africana universalizante. Com isso, a historiografia nacionalista propôs a investigar as relíquias dos antigos reinos e impérios africanos, assim demonstrando que há civilização ou progresso milenar africano. (MBEMBE, 2001)

Na mitologia do pan-africanismo afirmado entre nativo e o cidadão, ou povo negro. Os negros ou os africanos gozam da condição de cidadão, simplesmente por pertencerem a raça negra. Excluindo outras formas de ser africano de origem europeia, árabe e asiático. Além disso, a criação da memória coletiva baseando-se nos acontecimentos escravidão, colonização e *apartheid*. Africanistas não conseguiram enxergar que essas memórias estão muito fragmentadas, e as experiências são vividas e interpretadas de formas diferentes. Outro ponto, é o mito da união racial

africana e da identidade cultural. Os africanistas acreditavam que os homens e mulheres do continente podiam se unir em torno de uma religião, uma língua, uma cultura, uma história própria e a única identidade perpassando por todas as outras. Sustentando o mito de divisão que veremos a seguir. (MBEMBE, 2001)

A divisão da África negra e África branca é a forma do racismo vulgar originado pela tensão religiosa, sobretudo, a religião muçulmana e a católica, disse Fanon (1961). “Afirma-se que a África Branca tem uma tradição cultural milenária, que é mediterrânica, prolonga a Europa, participa na cultura grego-latina. Concebe-se a África negra com uma região inerte, brutal, não civilizada... selvagem” (FANON, 1961, p. 123). Discurso em relação à herança do racismo sobre o negro, “certas regiões de África, os balidos paternalistas a respeito dos negros, a idade obscena tomada da cultura ocidental de que o negro é impermeável à lógica e das ciências, reinam em toda a sua nudez” (FANON, p. 124).

Lopes, analisando o contexto da Guiné e Cabo Verde, apelou à vitimização “nós, a Guiné e Cabo Verde, somos um povo explorado pelos colonialistas portugueses” (LOPES, 2012, p. 14). Essa frase empregada com objetivo de construção da memória coletiva com intuito de criação da identidade nacional dos sujeitos destes dois países. Por isso, Amílcar Cabral (1983) ao analisar cultura africana, tomou como exemplo as danças, as cantigas, as tatuagens, fabricação de canoas e panos, ele não conseguiu o valor dela, e capacidade de desenvolvimento dela, como objeto histórico, sociocultural sujeito a mudanças constante, invenção e a reinvenção conforme o contexto que ela se encontra aponta que a saída seria ruptura radical para bem-estar de todos. Dessa forma, acredita-se na pureza cultural, e sorte que para avanço do povo africano se deve ao saber escolher o que é a sua própria, autêntico, também para a instrução acadêmica em detrimento da crença.

O NASCIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO PELO PARTIDO AFRICANO DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE (PAIGC) E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Há divergência das opiniões com relação a essa temática. Grupo de pesquisadores que afirma a invenção da identidade nacional guineense como produto ocorrido com as navegações felupe, e das movimentações dos povos tanto do litoral como do interior que delimitaram no espaço geopolítico que corresponde ao território da atual Guiné-Bissau. Que vem sendo conquistado entre o século XI ao século XVI era pelos mandingas. Alguns estudiosos acreditam que a gênese do Estado-nação guineense teve lugar a partir da chegada dos portugueses.

Mais tarde, teve seu crescimento com as guerras de “pacíficas” com objetivo de submeter todos os povos autóctones ao Estado colonial. Outros alegam que ela teve origem com a luta de libertação. A luta que permitiu a tomada de consciência do nacionalismo, e que serviu da união dos povos guineenses, e ela é tida, por esse grupo, como grande acontecimento, memória coletiva. E a história nacional é narrada a partir deste episódio. Sendo assim, a origem do Estado-nação é fruto da movimentação crioula, ou seja, foram os crioulos que reivindicaram, inventaram, construíram a identidade nacional.

Sendo que, em 24 de setembro de 1973, nasceu o novo Estado-nação protagonizado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC. As afirmações acima de uma certa forma são evidentes, Soares (2016), salienta que “todos Estados se fundam na força” (SOARES, 2016, p. 82). O que nos possibilita afirmar que a origem do Estado-nação guineense é explicada por dois vieses, o primeiro afirma que ela se constrói a partir das navegações dos felupes e movimentações das populações nativas. Enquanto outros acreditam que ela se originou a chegada dos portugueses, ou ainda, que os crioulos como mentores da questão citada concordam que o estado em discussão também é fundado pela força em que a relação do Estado é fundada na exploração do homem pelo homem. (SOARES, 2016)

Segundo Soares (2016), o Estado é da classe mais poderosa, economicamente dominante, formado por classes poderosas formadas pelos mandingas, portugueses e os crioulos, em diferentes décadas passadas, cada um era classe mais poderosa, tanto economicamente quanto dominante (SOARES, 2016). De fato, ainda existe no país, a tentativa de retomada desse poder, pelos mandingas, através de legitimar a língua crioula como idioma nacional.

O que está sendo muito debatido, atualmente, já que estas tentativas estão mais insistentes, incessantemente e desenfreada de colocar a língua crioula como nacional, defendendo a justificativa exagerada que ela é a mais falada na Guiné-Bissau (LOPES, 2003). Porém, apesar de ser uma defesa coerente no seu sentido de resgate cultural, ela também exclui a concentração de povos, que vivem na zona rural do país, que muitas das vezes o crioulo não fica nem na segunda colocação como a língua de comunicação. O que denota, por exemplo, que a “a construção linguística está submetida a dinâmicas de poder”. (LOPES, 2003, p.5)

Voltando para a origem do Estado-nação, Soares (2016), ainda frisa que o PAIGC forjou a história e a memória da nação guineense através do seu passado, com intuito de construir os sentimentos de pertencimento da nação guineense e cabo-verdianos, passado esse que está relacionado com a cultura ocidental em detrimento dos valores dos demais povos existentes no solo

guineenses (SOARES, 2016). Já que, “com a negação da identidade histórica (de pluralidade) por parte das pessoas que construíram os discursos de unidade”. (SOARES, 2016, p. 97)

A adoção de uma nação(unidade nacional) no que concerne atual Guiné-Bissau, adicionalmente, sobre o processo da unidade nacional em Guiné-Bissau é igual a de Cabo Verde, acarretou a diminuição apenas ao meio de “crioulcentrismo” da sociedade guineense, os mais privilegiados, os chamados usuários da língua de unidade nacional crioula. Para este autor, a língua nacional é um termo cujo conceito busca a determinação hegemônica nas demais línguas, através da sua prática de violência cultural. (SOARES, 2016, p.111).

Amona (2020) frisa que ela(unidade nacional) é mito da origem do nacionalismo guineense, que teve seu avanço na luta de libertação nacional, e ela é a consciência nacional. A autora também elenca os símbolos da nação guineenses, esses estão relacionados com a luta da libertação, cita o nascimento e a morte de Amílcar Lopes Cabral, a fundação do PAIGC, o dia das Forças Armadas, o Massacre de Pindjiguiti e o dia da Proclamação da Independência. (AMONA, 2020, p. 62)

Dingana, falando da Guiné-Bissau independente, demonstra que identidade em análise se acentua na distinção entre “o nós guineense e o eles portugueses”, que se concretizou com a união dos nativos, guiados pelas narrativas de emancipação e esclarecimento proferidos pelos intelectuais, seguida pelas canções e literatura oral, arte plástica e pintura. Os intelectuais nacionalistas eram influenciados pelos movimentos: Pan-africanismo, do Renascimento Negro e da negritude. Ele salienta que a identidade nacional é a negação da identidade colonial, ou seja, portuguesa, e a nação guineense se constrói no contexto colonial, ela herdou elementos importantes como a língua, o português. (SOARES, 2016; AMONA, 2020)

A língua crioula é tida como a língua da unidade nacional, para o autor Soares (2016) “a língua crioula desempenha o papel de língua veicular, solidifica o sentimento de pertença nacional e constitui sem dúvida um elemento aglutinador e de identificação”(SOARES, 2016, p. 80). Em contramão, a “para alguns dos meus interlocutores, essas riquezas culturais podem servir de inspiração para um novo modelo de nação que será construído sem que as estruturas sociais das etnias sejam alteradas”.(SOARES, 2016, p.79)

Amona (2020) afirma que essa a classe crioula apelava a historicidade limitada às referências coloniais, que leva “a ligação entre os povos da Guiné e Cabo Verde tem uma explicação histórica baseada nos laços da ancestralidade comum”.(AMONA, 2020, p. 62). O autor ainda pondera que:

o “tribalismo” é tida com entrave da unidade nacional, foi criado pelos colonialistas a fim de obter sucesso na exploração das riquezas humanas e naturais, deve ser

abolido para que a unidade nacional conseguisse vingar. Dará lugar ao nascimento de um homem novo e uma mulher nova, seres humanos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres no solo da nossa pátria africana” (AMONA, 2020, p. 66, grifo nosso).

Ele afirma ainda que Cabral que o homem novo e a mulher nova deve se sobrepor às divisões étnicas. Em suma, eles devem distanciar dos grupos étnicos, mandjaku, papel, mancanha, fula, mandinga entre outros e aderir grupo étnico crioula, ou seja, o povo guineense. E a partir do Homem Novo, foram traçadas as expectativas para a nova nação e buscou-se definir a *Guinendade/i*”(AMONA, 2020). O tal homem que está baseado nas sociedades socialistas do marxismo-leninismo. Portanto, Lopes (2003) assegura que a identidade nacional é fruto de mestiçagem que no caso da Guiné-Bissau é a identidade e a “identidade nacional” guineense teria surgido ainda no período colonial a partir da oposição com o colonizador. (LOPES, 2003; MENDY, 2012)

Couto citado por Nhaga (2011) foi muito feliz ao afirmar que “a Guiné-Bissau não estaria como está hoje se não tivesse a presença da colonização europeia com todas as suas consequências”(NHAGA, 2011, p. 44). Por um lado, é muita puxa saco, é infelicidade dar mérito imerecido aos portugueses, e por outro é uma falta de conhecimento historiográfico da região da antiga Grande Senegâmbia, sobretudo da atual Guiné-Bissau. Para Vambe e Zegeye (2011), a luta da libertação tinha como objetivo a libertação das forças produtivas e de toda a imaginação cultural do colonizado, com o intuito de criar uma sociedade justa, ou seja, expulsar os colonizadores com todo seu fardo e criar uma nova sociedade, eis a melhor definição do “homem novo”. (VAMBE & ZEGEY, 2011)

Wick (2011), ao contrário dos dois autores anteriormente citados, salienta que o descuido dos nacionalistas foi a atenção concentrada na expulsão do imperialismo e o nascimento do “homem novo”, cidadão de uma “sociedade nova”, erguida sobre o princípio idealizado pelo iluminismo: a justiça, a igualdade e o amor (WICK, 2011). Assim sendo, “no entanto, em vez de destruir o eurocentrismo e o colonialismo (fundamentação e expressão ideológica do imperialismo), o acesso à independência das antigas colônias parece tê-lo confirmado” (WICK, 2011, p. 69). Caíram na mesma retórica em transformar o “indígena” em “homem civilizado”, em outras palavras, tornar o homem da mata em civilizado, cidadão de metrópoles (BALÉE, 2008). Por outro lado, ainda, o debate de hierarquia e classificação das culturas, fomentado pelos colonizadores, irá ganhar lugar nas revoluções, pois alguns líderes das independências dos países africanos acreditam que a cultura nacional é mais desenvolvida do que as regionais ou outras existentes no mesmo solo. Como

proferido por Wich, ao analisar o contexto argelino: “a cultura nacional é a forma mais elaborada da cultura” (WICK, 2011, p. 76)

Ele acredita que essa idealização do Estado é aliada à incapacidade de imaginar a criação de um Estado sem a nação, que acabou de ser importado por novos idealizadores do Estado-nação nos países recém-independentes. Além disso, durante a atividade do colonialismo, a luta contra este gerava um único sentimento de pertencimento identitário, e excluía as identidades locais (MAMDANI, 1996). Wick afirmou que Amílcar Cabral acreditava que a única classe social capaz de tomar o poder, no contexto da emancipação, era a pequena burguesia, pois devido o seu histórico, foi instruída pela administração colonial e conviveu de perto com os administradores coloniais (WICK, 2011).

Amílcar Cabral comprou esta visão “ao caracterizar a criação do PAIGC como o acontecimento mais importante da história do povo”. À vista disso, teremos a calendarização da Guiné-Bissau sob a convicção do grande acontecimento, no caso, a fundação do partido mencionado e a ruptura com o antigo sistema que culminou com o surgimento do “homem novo”. Ele, o homem-novo, é um cidadão de uma nova sociedade balizada pela Justiça, Igualdade e o Amor (WICK, 2011).

Corroborar para a confirmação do enredo dos povos guineenses antes dos colonizadores portugueses: atrasados, incultos e entraves para a construção do novo em todos os aspectos, no caso, sociedade, estado, nação e homem. Os nacionalistas que tinham como marco histórico na memória coletiva, as intervenções dos europeus nas organizações das sociedades africanas, sobretudo a guineense, afirmavam que o “homem novo” que eles almejam é aquele que o colonialismo roubou no passado histórico, assim como as suas identidades. Em vista disso, ele renasce das suas cinzas e deve se livrar do fardo capitalista. (WICK, 2011)

Em paralelo a isso, este homem deve se afastar do passado tribal ou étnico, conforme salientou Amílcar Cabral no seminário de quadros que ele participou. Dizia o mesmo que “aqui não há mais papel, fula, mandinga, filho de cabo-verdiano, nada disso. O que existe é o PAIGC” (WICK, 2011, p. 85). Em seguida se nota uma contradição do mesmo líder, pois ele pretendia desenvolver a cultura dos diversos “grupos étnicos”, após a revolução, visto acreditar no fato de que os mesmos eram detentores da resistência contra o imperialismo. Ele entendeu o imperialismo como a recusa da identidade autóctone, e que, portanto, a revolução possibilitou o direito à singularidade local. Amílcar Cabral afirma que “o valor positivo da etnicidade inscreve-se no quadro da sua importância, na perseverança das populações que respeita” (WICK, 2011, p. 88). Portanto, faz-se necessário o

engajamento da população contra o colonialismo, com base na cultura popular, conforme frisa Amílcar Cabral, pois o objetivo era o da classe pequeno-burguesa identificar-se com os valores da cultura popular, e se afastar das suas heranças imperialistas. (WICK, 2011)

O autor ainda salienta, após a independência deve-se implementar uma gestão revolucionária, que rompa com toda estrutura do sistema colonial. Foram montadas as estruturas que englobam todos, nesta senda, as estruturas basilares foram montadas nas zonas libertadas, sob a responsabilidade conjunta. Enfim, o Estado, assim como a nação, são construções em renovação permanente, eles não devem ser entendidos como coisas prontas a percorrer um padrão preestabelecido. (WICK, 2011)

Neste sentido, importa muito a construção do Estado, a começar pela valorização de todas as memórias para a produção da história nacional (dos povos na antiguidade, dos invasores mandinga e fula, ou ainda dos portugueses, sem se esquecer do movimento da libertação, ou seja, dos crioulos), em que todas as identidades dos povos existentes no país em questão sejam levadas em consideração (BALÉE, 2008). Tendo um lugar, desconstruindo a visão historiográfica que marca o início da história da atual Guiné-Bissau a partir da presença dos portugueses. Wick (2011) afirma que Amílcar Cabral salientava que “o nosso destino foi colocado entre as suas mãos, a nossa história foi parada para ficar ligada à história de Portugal, como se fôssemos o vagão do seu comboio. E criaram uma série de condições no nosso país”. (WICK, 2011, p. 98)

A respeito deste assunto, Lopes (2011) assevera que as origens dos movimentos nacionais tiveram lugar no seio de elite letrada, mas só ganharam visibilidade quando incorporaram as classes populares urbanizadas e do campo. Sendo assim, a pequena burguesia não tinha pretensão de se mesclar com as populações, pois tinha como meta tornar-se futuramente a classe burguesa nacional (LOPES, 2011). Por outro lado, Lopes afirma que houve o afastamento dos valores étnicos pelos continuadores do projeto de desenvolvimento das nações que Amílcar Cabral sempre defendeu, no caso, a guineense e a cabo-verdiana. Desse modo, não conseguiram manter o debate sobre a multiculturalidade e diversidade. E não atentaram ao princípio de que “o mundo vive uma civilização humana diversa e plural. Entender esse mundo requer uma abertura à diversidade e liberdade cultural” (LOPES, 2011, p. 2003). Portanto, não há identidades tão finamente definidas e classificadas.

Posto isso, podemos perceber que a desconsideração das especificidades étnicas e regionais, sob as balizas do quesito da “democracia”, imposta pela sociedade política com a esperança de resolver os infortúnios instalados na sociedade guineense, não sofreu solução de continuidade. Os

infortúnios se mantiveram, e se antes era ensejado pelo sistema colonial, e posteriormente pelo regime de partido único ou partido-Estado, tornou-se às agruras de uma democracia artificial (TEIXEIRA, 2010). Outro mecanismo foi à abolição de formas tradicionais do exercício do poder (regulados) nas aldeias com a criação de comitês locais pelo partido. Desta forma, o governo criou a condição para uma aliança entre o Estado e comunidades tradicionais, fazendo uma ponte entre o Estado e a sociedade civil. Os Comitês iam revelar-se determinantes na transformação do PAIGC de um movimento de libertação num partido de Estado. (TEIXEIRA, 2010, p. 89)

Então, para solucionar os problemas que os regimes antecedentes deixaram que foram herdados pelo Estado-nação e os da atualidade, exigem que o governo seja muito flexível nas pautas políticas, implementando programas que visam a construção de uma sociedade inclusiva e representativa de verdade e não de fichada, e trabalhando para que objetivo de melhoria de vida da maioria da população seja concretizado (TEIXEIRA, 2010). Pois até o momento as demandas das “minorias” são desconsideradas ou excluídas pelo Estado Guineense (TEIXEIRA, 2010). Neste sentido, vimos a existência de muitos movimentos da sociedade civil, preocupados com a situação que o país se encontra, que vai desde “a participação democrática, o desenvolvimento humano, a valorização da cultura local, melhoria das condições de vida, aumento do emprego e engajamento político na construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.” Esses movimentos lutam incansavelmente para inverter a situação mencionada. Atualmente verificou-se o fator econômico, que está sendo entrave para inclusão dos povos (ditos grupos étnicos) no exercício dos seus direitos de cidadania, enquanto pertencentes da pátria guineense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a construção das identidades como um complexo engendramento, que provoca debates por décadas, além de envolvê representações, jogos de poder e ideologias políticas, esta não deve ser tomada pelos significados (símbolos, língua, cultura, heróis fundadores, entre outros, inventados pela própria sociedade, para sua melhor convivência, leitura do mundo que os rodeia...), mas sim, em convergência com outras nuances sociais tanto dentro da sociedade em estudo como pelos fatores externos que influenciam. A medida em que a construção das identidades são discutidas nos estados recém-independentes são tomadas como debate principal pelos africanistas ou nacionalistas, sobretudo nos países do continente africano e na diáspora. O que muitas das vezes o debate influenciou de maneira positiva e negativa a reivindicações das múltiplas identidades dos diversos povos, exemplo dos mais de 20 povos que habitam o solo guineense. Pois,

estas representações, não estão distantes das subjetividades inerentes a cada indivíduo que se identifica primeiro com um povo específico e como guineense também. Estão permeadas de lutas das sociedades civis, seja das mandjuandades, organizações sociais, associações, bancadas de cunho juvenil, entre outros.

Assim, analisar as alegações dos eurocentrismo e equipará-las com as ideologias dos africanistas ou nacionalistas foi um trabalho que buscou mensurar de que forma se pautou a criação do Estado-nação que albergaria o “Homem Novo”. Dessa forma, podemos afirmar que a análise feita pelos autores mencionados anteriormente em defesa de fazer uma reformulação da construção dos Estados-nação, que fogem dos moldes europeus e que pautam mais na diversidade cultural e pluralidade dos povos, sendo elas em cada país africano. Levam em consideração as peculiaridades e singularidades de cada povo com objetivo de fazer uma representação mais justa, sem dúvida esse será um caminho viável para resolução de diversos problemas que os diferentes países do continente estão mergulhados durante décadas, em especial a Guiné-Bissau. Enfim, apesar das limitações em todos os setores sociais que verificamos na Guiné-Bissau, principalmente na questão da representação, podemos construir uma Guiné diferente, onde todos os povos sintam-se pertencentes. A construção é um processo definitivamente sem fim que deve ser trabalhado e retrabalhado, tendo manutenção contínua.

REFERÊNCIAS

AMONA, Dingana Paulo Faia . **Narrativas sobre a Guinendade/i: identidade nacional e diversidade étnica na Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado em Antropologia do Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia –UFC/UNILAB, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

ANJOS, R. S. A. **As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 375-391, ago. 2015.

AZEVEDO, Amailton Magno. **“África, Diáspora e o Mundo Atlântico na Modernidade: perspectivas históricas”**. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.23, n.2, jul/dez. 2010

BALÉE, William. **“Sobre a Indigeneidade das Paisagens”**. Revista de Arqueologia, 21, n. 2, p. 09-23, 2008

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

LOPES, Carlos. **“Amílcar Cabral: Uma inspiração para os dias de hoje”**. In: LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 07-13.

LOPES, Carlos. **“Construção de identidades nos rios da Guiné do Cabo verde”**. *Africana Studia*, n. 6, p. 45-64, 2003.

MBEMBE, Achille. **As Formas Africanas de Auto-Inscrição**. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 171-209

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of late Colonialism**. Princeton: Princeton University Press, 1996

MENDY, Peter Karibe. *“Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto desafios e lições para uma liderança africana efetiva”*. In: LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 15-33.

NHAGA, Ghorque Joaquim. **Formação de identidade nacional na Guiné-Bissau**. Dissertação do Mestrado em Sociologia do Instituto de Ciência Sociais, Departamento de Sociologia- Universidade de Brasília, Brasília, 2011

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental**. Em *Tempo de Histórias-PPG-HIS/Unb*. n.9. Brasília. 2005

PARÉS, Luis Nicolau. **O processo de criouliização no recôncavo baiano (1750 – 1800)**. *Afro-Ásia*, n. 33, 2005, p. 87 – 123

SOARES, Marcelino Mendes. **A construção do Estado guineense no contexto da diversidade étnica-cultural**. Dissertação(Mestrado em Política Pública)- Centro de Ciência Sociais Programa-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016

SOUZA, Talita Batista Amaral de. **Escravidão Interna na África, antes do tráfico negreiro**. *Vértices*. Ano 5. n 2, mai/ago. 2003

SOUZA, Talita Batista Amaral de. **Sociedade civil e democratização na Guiné Bissau-1994-2006**. Recife: Ed. Universitária da UPFE, 2010.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. Recife: UFPE, 2015.

VAMBE, Maurice Taonezvi; ZEGEYE, Abebe. *Amílcar Cabral e as Vicissitudes da literatura africana*. In: LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 35 – 67.

WICK, Alexis. *A nação no pensamento de Amílcar Cabral*. In: LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 69 – 105,

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: **Virgínio Vicente Mendes:** Conceitualização, Supervisão, Metodologia, Validação. **Erica Paula Vasconcelos:** Recursos, Investigação. Redação - Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar (quando isso se aplicar).

Virgínio Vicente Mendes

Doutorando em História (PPGHIS-UFPR). Possui Mestrado em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (UNEB), Licenciatura em História e graduado em Humanidades (UNILAB). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4032056005065978>

Erica Paula Vasconcelos

Mestranda em Relações Internacionais, bolsista PROBIU (PPGRI-UNILA). Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas (UNILA) e graduada em Relações Internacionais e no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UNILAB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1698626449272110>.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.